

**FRAGMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E SEUS REFLEXOS NA GEOGRAFIA:
a dicotomia Geografia Física e Geografia Humana**

Vitor Alfredo de Rezende Alves

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

E-mail: vitor_rezende2012@hotmail.com

Gilmar Alves de Avelar

Professor Doutor em Geografia, Universidade Federal de Catalão.

E-mail: g.avelar@uol.com.br

Resumo

Este artigo objetiva analisar as condições que geram a fragmentação do conhecimento e, neste escopo, discutir a cisão da Geografia em Geografia Física e Geografia Humana, tratando dos efeitos desta divisão, além de apresentar possibilidades. O estudo é substancialmente teórico, ou seja, resulta de pesquisa teórica e conceitual a partir de autores que versam acerca da fragmentação do conhecimento, especificamente, da Geografia. Entre eles, vale destacar Bohm (1992), Caseti (2009), Gomes (2007), Lacoste (1974), Moraes (1986), Moreira (2012), Santos (1988), Santos (2004) e Vitte (2011). A abordagem do tema possibilita entender que a fragmentação é produto da visão de mundo constituída pela ciência moderna, com viés positivista, e está diretamente ligada ao sistema capitalista, ao qual a Geografia teve que se adequar. Há, então, dois caminhos: primeiro, seguir o movimento de fragmentação – abordar sociedade e natureza separadamente – facilitando as análises pela permanência no tratamento de partes e, dessa maneira, correr o risco de perder a utilidade social ou, segundo, corporificar a definição sociedade-natureza e conceber a Geografia como ciência da relação, distinta da maioria, mas com sua especificidade e utilidade social mantidas.

Palavras-chave: Geografia. Fragmentação. Epistemologia. Sociedade-Natureza. Totalidade.

**FRAGMENTATION OF KNOWLEDGE AND ITS EFFECTS IN GEOGRAPHY: the
dichotomy between physical versus human geography**

Abstract

The study aims to analyse the conditions that generate the fragmentation of knowledge and, in this scope, to discuss the split of Geography in Physical versus Human Geography, addressing the effects of that, besides presenting ways to circumvent this problem. The work is substantially theoretical, that is, results from theoretical and conceptual research based on authors who have written about fragmentation of knowledge, specifically of Geography. Among them are Bohm (1992), Caseti (2009), Gomes (2007), Lacoste (1974), Moraes (1986), Moreira (2012), Santos (1988), Santos (2004) and Vitte (2011). The fragmentation is a product of the worldview produced by modern science, with a positivist influence, and is directly linked to capitalist system, to which Geography had to adapt. Then, there are two alternatives: first, to follow the fragmentation movement – addressing society and nature separately – to facilitate analyses by staying in the treatment of parts and, in this way, running the risk of losing social utility or, second, to embody the definition of society-nature and to conceive Geography as a science of relation, distinct from the majority, but with its specificity and social utility maintained.

Keywords: Geography. Fragmentation. Epistemology. Society-nature. Totality.

Introdução

A partir do século XVI, o ser humano muda a forma de entender sua realidade, se aproximando do racionalismo. Este processo estava atrelado, também, ao surgimento do pensamento burguês e, portanto, associado à emergência do sistema capitalista. No século XIX, com Augusto Comte, essa forma de pensar se torna um método, denominado positivismo, cujo principal reflexo é a fragmentação da realidade em partes, para estudos cada vez mais particionados. Essa nova concepção, contudo, mexeu na relação sujeito-objeto, separando-os. As ciências foram divididas por áreas, desenvolvendo sua epistemologia, teoria e método, separadamente.

A Geografia “nasce” com Estrabão e Ptolomeu, nos séculos I e II d.C., respectivamente, e se estrutura enquanto ciência com Humboldt (1769-1859) e Ritter (1779-1859), nos séculos XVIII e XIX. A Ciência Geográfica estuda a relação sociedade-natureza produzida e materializada no espaço – produto histórico desta relação e objeto de estudo dessa ciência. Tal caráter, bastante heterogêneo, proporciona-lhe uma peculiaridade dentro das ciências humanas, de ser ponte com as ciências da natureza.

Em seu desenvolvimento, no entanto, a Geografia seguiu o movimento de fragmentação a partir de dois grandes ramos: a Geografia Humana, que aborda aspectos ligados à sociedade, e a Geografia Física, que trata dos aspectos ligados à natureza. A ciência permaneceu única, mas uma parte se aproxima das ciências humanas e a outra, das ciências naturais.

A discussão em torno de questões epistemológicas acompanha a Geografia ao longo de sua história. Um marco importante é o Movimento de Renovação da Geografia, iniciado nas décadas de 1960 e 1970, porquanto trouxe significativos avanços, sobretudo, por contrapor-se ao caráter ideologizador das Geografias Tradicional e Neopositivista, delimitando o espaço como objeto da Geografia. Em que pesem os progressos alcançados, não se conseguiu superar a fragmentação existente. O problema central é que ao desenvolver-se de maneira fragmentada, abordando em separado aspectos humanos ou físicos da realidade, a Geografia nega sua própria essência (a relação sociedade-natureza) e se afasta de sua unidade.

Em face disso, o objetivo do presente artigo é discutir a fragmentação da Geografia em Geografia Física e Geografia Humana, bem como tratar dos efeitos desta divisão para a Ciência Geográfica, além de apresentar possibilidades para uma Geografia unida em sua diversidade. O estudo é substancialmente teórico, ou seja, resulta de pesquisa teórica e

conceitual a partir de autores que versam acerca da fragmentação do conhecimento, especificamente, da Geografia. Entre eles, vale destacar Bohm (1992), Caseti (2009), Gomes (2007), Lacoste (1974), Moraes (1986), Moreira (2012), Santos (1988), Santos (2004) e Vitte (2011). O interesse pelo tema advém de um espanto sentido por muitos graduandos em Geografia: a marcante fragmentação entre Geografia Física e Geografia Humana. A busca por respostas e soluções reclama a necessidade de contribuir para outras visões teórico-práticas em Geografia. Convém dizer que o presente artigo é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso defendido ao final de 2017.

O pensamento fragmentário

No desenvolvimento das ciências, diferentes concepções moldaram a forma como o homem entendia sua realidade. No século XVI, começaram a ocorrer transformações na ciência ocidental, bem como na própria sociedade. Com grandes descobertas e teorias, produziram-se novas abordagens em busca de um conhecimento aprofundado dos fenômenos do mundo. Com a influência, notadamente, de Descartes e Newton, esse pensamento se fez método de análise e tornou-se a base da ciência moderna, com o positivismo de Augusto Comte, a partir dos séculos XVIII e XIX.

Para basear a discussão sobre a fragmentação da Geografia, tratamos, na presente seção, do processo fragmentário que acompanha a constituição e o desenvolvimento da ciência e da sociedade com a influência positivista dos séculos XVIII e XIX. É importante salientar que o paradigma científico se constituiu atrelado ao surgimento do pensamento burguês, necessário para fundamentar a mudança do modo de produção. Logo, a constituição desse paradigma estava relacionada à própria emergência do sistema capitalista. A análise das bases do pensamento fragmentário é uma forma de identificar as contradições geradas por essa fragmentação e as dicotomias por ela produzidas. São condições que se tornaram estruturais, com causas mais profundas do que uma mera contradição interna de uma ciência específica (BOHM, 1992; SANTOS, 1988).

Vale abrir parêntese para explicar o que entendemos por modernidade, pensamento/paradigma científico ou pensamento/paradigma moderno, termos que empregamos como sinônimos para denominar o período iniciado no século XVI com as ideias renascentistas cujas bases principais são Descartes, Galileu e Newton. O paradigma moderno ou científico possuía uma visão baseada na razão, uma razão mecânica que,

consequentemente, produziu a fragmentação das ciências, que passaram a ser divididas em campos científicos. Os reflexos desse movimento atingiram a própria concepção de mundo da sociedade (BOHM, 1992). Entende-se por fragmentação o ato de dividir o todo em seus constituintes, a fim de estudar cada parte de maneira separada e não interligada. Adveio, portanto, de uma “necessidade” do paradigma científico em dividir a realidade, o que possibilitou o desenvolvimento das ciências no período moderno (SANTOS, 1988). Segundo Sposito (2004, p. 31),

[...] o racionalismo de Descartes (e, por, extensão, de Galileu) [...] foi consagrado pela filosofia e pela ciência ocidental e cristalizou-se na prática cotidiana de uma infinidade de pessoas que se dedicam à produção e à análise do conhecimento científico.

A contar do século XVI, apareceram importantes nomes como Copérnico, Kepler, Galileu, Newton e Descartes, cujas obras provocaram uma verdadeira revolução nas ciências e na maneira como a sociedade ocidental enxergava a realidade e concebia a interpretação dos fenômenos. Contudo,

a fragmentação do conhecimento, ainda que seja decorrente das rupturas dos séculos anteriores e da especialização crescente do trabalho na civilização industrial em construção, só se desenvolverá, de fato, a partir do século XIX, tendo em vista que “até o século XVIII todos os grandes pensadores tinham uma formação universal” e que “embora se apoiando em epistemologias racionalistas e empiristas e em antropologias e cosmologias bi e unidimensionais, sempre buscaram, cada um à sua maneira, uma unidade do conhecimento”. (SOMMERMAN apud DÓREA, 2012, p. 4, grifos do autor).

Ocorreram, nesse período, mudanças na forma de compreender a realidade; a passagem do holismo para o pensamento positivista (fragmentário) e a consolidação de uma visão de mundo fragmentada, que permeia a sociedade ocidental até os dias atuais (MOREIRA, 2012). As visões de mundo anteriores eram holistas, ou seja, consideravam a realidade como um todo, sujeito-objeto, homem-natureza interligados. A partir do novo paradigma, o homem se separou da natureza, adquirindo uma visão de preponderância sobre ela, que nos aparta, inclusive, da possibilidade de enxergar a realidade de forma una. A ciência moderna,

[...] se constituiu justamente no momento em que adotou uma metodologia que lhe permitia ‘esquartejar’ cada totalidade, cindir o todo em pequenas partes por intermédio de uma análise cada vez mais fina. Ao dividir o todo nas suas partes constitutivas, ao subdividir cada uma dessas partes até aos seus mais ínfimos elementos, a ciência parte do princípio de que, mais tarde, poderá recompor o todo, reconstituir a totalidade. A ideia subjacente é a de que o todo é igual à soma das partes. (POMBO apud DÓREA, 2012, p. 4, grifo do autor).

Por essa concepção, a visão de totalidade desaparece. Desse momento em diante “[...] conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações

sistemáticas entre o que se separou [...]” (SANTOS, 1988, p. 50). Sob essa análise, o espaço é absoluto, entendido como “[...] uma entidade completamente independente, existindo separada da matéria [...]” (SMITH, 1988, p. 111). Destarte, nessa abordagem, a divisão é necessária para explicar a realidade. A ideia geral consiste em: quanto mais específica, mais consistente e próxima da realidade é a ciência. Esta é a base do pensamento positivista, como uma forma de enxergar a realidade que, a partir da fragmentação do real, separa sujeito e objeto, de modo que “o objeto prevalece sobre o sujeito.” (SPOSITO, 2004, p. 34).

A forma de enxergar a realidade mudava na sociedade ocidental. Nesse sentido, a “razão” era a base do pensamento e, para adquirir uma maior exatidão com a “verdade”, as análises se tornavam específicas e fragmentadas. Tendo a modernidade como referência, Latour (1994) faz um contraponto entre a concepção de mundo ocidental e a de outros povos. Na ótica do autor,

[...] apenas nos diferenciamos de forma absoluta entre a natureza e a cultura, entre a ciência e a sociedade, enquanto que todos os outros, sejam eles chineses ou ameríndios, zandés ou barouyas, não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem. Nas culturas Deles, a natureza e a sociedade, os signos e as coisas são quase coextensivos. Em Nossa cultura, ninguém mais deve poder misturar as preocupações sociais e o acesso às coisas em si. (LATOURE, 1994, p. 99).

A divisão do conhecimento provocou uma fragmentação e, conseqüentemente, uma mudança na forma de enxergar o real, uma confusão que, de acordo com Bohm (1992), fez o ser humano confundir uma representação com a própria realidade. O pensamento fragmentário, que separa para “melhor” conhecer, fez oposição a certos aspectos, criando uma série de dicotomias e oposição de constituintes do todo. Estes, na realidade, são complementares: sujeito-objeto, espaço-tempo, homem-natureza, capital-trabalho etc. A questão é que, objetivamente, as coisas coexistem, ou seja, a fragmentação é mera conveniência de análise, pois o real é constituído de relações.

Sob essa ótica, a fragmentação do conhecimento criou uma oposição falseada da realidade una – falsas dicotomias. Tal forma de pensamento, embora importante no período histórico no qual foi formulada, não corresponde à realidade, porquanto esta não se faz em fragmentos. Para Bohm (1992, p. 21),

[...] quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive, então ele deixa de considerar as divisões resultantes como meramente úteis e ou convenientes e começa a ver e a experimentar a si próprio, e ao seu mundo, como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes... de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar.

O autor acrescenta que “[...] a fragmentação está sendo continuamente produzida pelo hábito quase universal de tomar o conteúdo do nosso pensamento por uma descrição do mundo como ele é.” (BOHM, 1992, p. 22). O mundo que descrevemos (que o pensamento fragmentário descreve) não é a realidade objetiva, e sim representações por limitações e/ou conveniências. Dessa forma, confunde-se a representação com a realidade, gerando a ilusão de que, na prática, as coisas existam de forma fragmentada. Esse movimento produziu distorções e nos fez enxergar o mundo de maneira fragmentada. Esse ponto de vista ultrapassou os limites das ciências, constituindo a própria visão de mundo da sociedade. A,

[...] tendência, predominante na ciência, para pensar e perceber em termos de uma visão pessoal de mundo fragmentado faz parte de um movimento maior que se tem desenvolvido ao longo das eras e que hoje permeia quase toda a nossa sociedade [...] dá aos homens um quadro do mundo todo como não sendo constituído de outra coisa senão um agregado de ‘blocos de construção atômicos’ existentes separadamente [...]. (BOHM, 1992, p. 36, grifos do autor).

Um produto da fragmentação do conhecimento é a construção de dicotomias. Os próprios conceitos de homem e de natureza mudaram. Segundo Casseti (2009, p. 38 e 41) a natureza “[...] assume uma característica própria de externalização, fundamentada na afirmação do poder humano sobre a natureza [...] nasce, portanto, uma nova dicotomia, onde a natureza é dessacralizada [...]”. Com o rompimento da ideia do paradigma holista de natureza mãe ou divina, esta se torna mero palco das relações humanas, um ente separado do homem. Esta nova concepção transforma a natureza em algo que deve ser dominado para o desenvolvimento econômico da sociedade. A fragmentação se torna, dessa maneira, mais que uma conveniência necessária ao desenvolvimento da ciência, mas uma ideologia de separação, de nos enxergar enquanto indivíduos separados da natureza e uns dos outros, com seus problemas particulares, que não possuem nenhuma relação com a totalidade. Ocorre que,

[...] a proposta de natureza externalizada se constitui no argumento ideológico utilizado pelo sistema de produção capitalista que tem por objetivo legitimar a apropriação intensiva e extensiva da natureza pelos detentores dos meios de produção. Assim, além de legitimar a apropriação privada da natureza, ainda se constitui em argumento de alienação, indispensável à manutenção do antagonismo de classes sociais e consequentes impactos ambientais, tido como preço do desenvolvimento. (CASSETI, 2009, p. 38).

O processo de desenvolvimento desse pensamento estava ligado à emergência do sistema capitalista e, conseqüentemente, do pensamento burguês. Mézáros (2009) associa o viés da economia política com a produção de dicotomias e dualidades, focando, principalmente, a separação entre trabalho e meios de produção. A fragmentação foi importante tanto para o desenvolvimento do sistema como para a alienação ideológica. Desta forma, Mézáros (2009, p. 105) assinala que,

A metodologia dualística e a articulação dicotômica das categorias são armas muito úteis a serviço dos interesses ideológicos dominantes [...] o resultado é o completo ofuscamento da ligação dinâmica entre, de um lado, a estrutura dada da totalidade social e, de outro, sua constituição histórica original e transformações correntes. , (MÉSZÁROS, 2009, p. 105)

É conveniente para o sistema tal alienação, pois os problemas da sociedade são vistos de modo isolado, e não como produtos de uma mesma contradição. Destarte, a fragmentação do conhecimento deixou de ser uma conveniência para se tornar máscara, que constitui o *status quo* da sociedade e que, ideologicamente, mantém a forma de pensar necessária à sua própria manutenção. Harvey (2007, p. 138) defende que o capitalismo acaba por ser uma máquina de fragmentação “[...] *hincapié en la fragmentación, lo efímero, la diferencia y lo que ahora se denomina a menudo la otredad [...]*”. Logo, o movimento da concepção de mundo que acompanha a sociedade acaba por manter a marcante fragmentação do conhecimento e da forma como analisamos a realidade.

As ciências naturais eram base do pensamento moderno e tinham como meta a busca do rigor científico mediante a elaboração de testes e experimentos para se “chegar à verdade”. As ciências sociais para se adequarem ao pensamento moderno, também tiveram que se encaixar no método positivista. Desse modo, a abordagem fragmentária do mundo e as dicotomias por ela produzidas não são um problema específico da Geografia ou de qualquer outro ramo do conhecimento. Ressalta-se que,

[...] as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados [...] os fenômenos sociais são de natureza subjetiva e como tal não se deixam captar pela objetividade do comportamento [...] as ciências sociais não são objetivas porque o cientista social não pode libertar-se, no ato de observação, dos valores que informam a sua prática em geral e, portanto também a sua prática de cientista. (SANTOS, 1988, p. 53).

Santos (1988) aborda a falta de sentido da distinção entre as ciências naturais e as ciências humanas, por meio do que ele denomina de crise do conhecimento científico. Ou seja, a partir do momento em que o conhecimento acumulado sobre o mundo atinge o nível do final do século XX, a visão de mundo fragmentado que se assentou no período positivista passa a ser contestada e a própria racionalidade começa a ser discutida. A concepção que acompanhou os teóricos do período moderno julgou que o avanço do conhecimento científico e tecnológico levaria a sociedade a um estágio superior de desenvolvimento, em que os problemas da sociedade pré-moderna não mais nos afligiriam. Contudo, a sociedade passou por duas guerras mundiais, milhões de pessoas ainda passam fome, há tensões por todo o mundo, desigualdades sociais, epidemias. As promessas de que o sucesso, a paz, a alegria, a

superação dos males do ser humano viriam com o avanço científico e tecnológico não se confirmaram. Desta maneira,

[...] as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala. (LATOURET, 1994, p. 14).

Cada vez mais, o paradigma científico precisa ser questionado em razão da contradição entre a falsa objetividade de suas análises fragmentadas e a realidade objetiva constituída pela totalidade. O mundo é total e, em virtude disso, a ciência passa a ter dificuldades para tratar o conhecimento de maneira fracionada. Para Santos (1988), teorias como a Relatividade de Einstein, a mecânica quântica (sobretudo a ideia da impossibilidade de medir um objeto sem interferir nele), e o princípio da incerteza de Heisenberg – concepções fundamentais das próprias ciências naturais – foram abaladas. Agora, nem mesmo as bases das ciências naturais são facilmente delimitadas, objetivas. Desta feita, toda análise é uma representação da realidade, e não a realidade, como a base do positivismo prega.

De tal forma “[...] a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir [...] A distinção perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma de um *continuum*.” (SANTOS, 1988, p. 55). A realidade é total (objetiva). Parcial é a nossa análise (subjetiva). Ou seja, se o mundo é analisado por meio de uma noção fracionada, este se mostra fragmentado, além de naturalizar a oposição de seus constituintes, como se possuíssem independência frente às relações que compõem o todo (BOHM, 1992). É como a lógica de um relógio mecânico, passível de ser compreendido ao ser desmontado. Visão de sociedade a partir das leis da natureza, e não como construção histórica, ou seja, uma perspectiva mecânica de mundo. A concepção de mundo fragmentária é a causa dos grandes problemas da sociedade e nossa forma pontual de querer resolvê-los, não entendendo desmatamento, desnutrição como fragmentos de uma só crise: crise de percepção (CAPRA, 1982). Essa crise,

[...] deriva do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta – a visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana – a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos. Vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes [...]. (CAPRA, 1982, p. 8).

A base do pensamento fragmentário ainda permeia e direciona a sociedade, que permanece segmentada. Ele ainda não se afastou da ciência e mantém a produção de dicotomias que obscurecem as análises a partir de dualidades. O capitalismo, que consagra o

efêmero, o fragmentado, produz uma visão de alienação capital-trabalho, homem-natureza, logo “[...] não pode haver solução teórica para os dualismos e dicotomias identificados enquanto os próprios processos sociais correntes reproduzirem de maneira constante as antinomias da vida real que geram essas conceituações teóricas [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p. 125).

Faz-se necessário entender que a fragmentação é produto de uma forma de enxergar e compreender a sociedade, é teoria, método e também ideologia. Assim, para superar as dicotomias, é preciso superar um estado de coisas cuja existência necessita precisamente da manutenção destas dicotomias. O progresso do conhecimento científico mudou a forma de enxergar a realidade e adquiriu uma amplitude que alcança toda a sociedade. Nesse sentido, ao longo de tantos anos, é produzida uma imagem de que a própria realidade é constituída de fragmentos (BOHM, 1992). No entanto, ainda que o conhecimento científico avance, será sempre uma representação, e não a realidade em si. Diante disso,

[...] todos os nossos diferentes modos de pensar devem ser considerados como diferentes modos de olhar para a realidade una [...]. Cada visão dá apenas uma aparência do objeto em algum aspecto. O objeto todo não é percebido em nenhuma visão, mas, em vez disso, é apreendido só implicitamente como aquela realidade única que é mostrada em todas essas visões [...]. (BOHM, 1992, p. 27).

O problema é confundir essas interpretações com a realidade. Então, a questão não é construir um pensamento único e definido, uma homogeneização das formas de analisar a realidade, mas um pensamento que não a fragmente, que não a aliene e, portanto, a compreenda de maneira integrada. O caminho é, pois, entender que as visões de mundo podem ser plurais, mas não fracionadas. Nessa perspectiva, é possível desenvolver teorias não confundidas com o real (a totalidade almejada). Busca-se, por consequência, evitar extremos, haja vista que materialidade e metafísica não se negam correlacionar, assim como objetividade e subjetividade. O erro histórico é a pronta negação dessas dialéticas.

A fragmentação na Geografia é um reflexo dessa contradição. A Ciência Geográfica (tal qual toda a comunidade científica) estava em meio a esse emaranhado de influências positivistas, ao qual procurou se adequar. Por conveniência, nos fragmentamos, porém, hoje, nos perguntamos por que somos tão separados e por que existe uma Geografia Humana e uma Geografia Física, haja vista que, na realidade objetiva, existe apenas Geografia.

Geografia e fragmentação

Conforme descrito na seção anterior, o movimento de fragmentação se manifesta com uma visão de mundo inserida na ciência, bem como na própria sociedade, desde o século XVI, tornando-se método a partir do positivismo, no século XIX. A fragmentação não é, portanto, excepcionalidade da Geografia ou das ciências de modo geral, mas um movimento histórico, ideológico. A condição fragmentada da Geografia é uma preocupação que exige, de início, analisar as implicações que a produziu, considerando que esse não é um processo recente. Ao versar sobre a Geografia, Gomes e Vitte (2012, p. 123, grifos do autor) apontam que,

[...] ela pertence, então, ao mesmo movimento de construção da ciência e da sociedade ocidental capitalista moderna, projeto de conhecimento que trazia implícito a ‘dominação’ da natureza e o ordenamento espacial, e que caracterizou a ciência-filosofia como um corpo unido e distinto de conhecimento da natureza. (GOMES e VITTE, 2012, p. 123, grifos do autor)

A dicotomia Geografia Humana e Geografia Física, um dos produtos da fragmentação da Ciência Geográfica, não é, do mesmo modo, um movimento recente. A especificidade de trabalhar a relação sociedade-natureza coloca a Geografia num cruzamento entre as ciências naturais e humanas, fato que trouxe dificuldades ao discurso e à prática geográfica. Dessa forma, historicamente, houve um desenvolvimento fracionado: uma Geografia Humana, que trata de aspectos ligados à sociedade, e uma Geografia Física, que aborda aspectos ligados à natureza. A ciência permaneceu única, mas, ao mesmo tempo, fragmentada. Lembrando ainda que esta é apenas uma das cisões da Geografia em face do movimento de construções de dicotomias do período positivista. Conforme Moraes (1986, p. 8-9),

tal fato enseja os dualismos que perpassam todo o pensamento geográfico tradicional: Geografia Física – Geografia Humana, Geografia Geral – Geografia Regional, Geografia Sintética – Geografia Tópica e Geografia Unitária – Geografias Especializadas. Estas dualidades afloram, no trabalho prático de pesquisa, em vista da não-resolução do problema do objeto, ao nível teórico. (MORAES, 1986, p. 8-9)

Embora tal discussão acompanhe a Geografia historicamente, ainda não foi possível uma superação, mesmo após os avanços do Movimento de Renovação. Julga-se que as grandes discussões do movimento se deram com relação ao caráter ideologizador das Geografias Tradicional e Neopositivista e que os avanços epistemológicos ocorreram, substancialmente, na Geografia Humana. Faz-se necessário, portanto, um esforço por uma discussão em Geografia, e não somente em suas subáreas, além da necessidade de se destacar que a fragmentação nega a própria essência dessa ciência. A fragmentação em Geografia

Física e Geografia Humana acaba por ser uma negação da essência da Geografia como estudo da relação sociedade-natureza, historicamente produzida e materializada no espaço.

A natureza do conhecimento geográfico, o que chamamos de essência da Geografia, é estudar a relação sociedade-natureza. Sua especificidade, então, é trabalhar com essa inter-relação em sua configuração na produção do espaço – produto histórico da relação sociedade-natureza. Deparamo-nos, no entanto, com o que, possivelmente, é a maior das fragmentações de todas as ciências. Fala-se em Geografia Física, Geografia Humana, Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Pura, Geografia Aplicada, bacharelado, licenciatura, porém, cada vez menos, fala-se em Geografia do ponto de vista da totalidade sociedade-natureza.

Reservemos, pois, um momento para analisar a constituição histórica da fragmentação da Geografia. Moreira (2012) define três fases da Geografia após a sistematização desta enquanto ciência: o paradigma holista da baixa modernidade; o paradigma fragmentário da modernidade industrial e o paradigma holista da hipermodernidade (ou pós-modernidade), como tendência atual. Essas três fases subsidiam nossa discussão. É preciso enfatizar que “[...] até o final do século XVIII, não é possível falar de conhecimento geográfico, como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática, e de continuidade nas formulações [...]” (MORAES, 1986, p.11). Foi somente nesse período que surgiram as condições necessárias para a Geografia se sistematizar.

A base da Geografia na baixa modernidade estava atrelada às influências Iluministas e do Romantismo. Os responsáveis por sistematizar a Geografia foram Karl Ritter e Alexander Von Humboldt. Ambos fizeram o trabalho de definir as bases científicas a partir das influências de Varenius, Foster e Kant (MOREIRA, 2012). O pensamento de Ritter tinha como base o método comparativo, a fim de identificar características comuns, gerar um plano de generalização, para, posteriormente, analisar cada área de forma separada e, por fim, realizar uma classificação. Humboldt utiliza o mesmo método e princípio, todavia, para ele, o cerne da teoria geográfica é estudar a interação entre a vida orgânica e a inorgânica (MOREIRA, 2012).

Tanto Ritter quanto Humboldt são holistas em suas concepções de geografia. Enquanto Ritter vai do todo – a superfície terrestre – à parte – o recorte da individualidade regional –, de modo a daí voltar ao todo para vê-lo como um todo diferenciado em áreas, Humboldt vai do recorte – a formação vegetal – ao todo – o planeta terra -, de modo a voltar à geografia das plantas como o elo costurador da unidade do entrecortado das paisagens, ambos se valendo do método comparativo e do princípio da corologia. (MOREIRA, 2012, p. 22).

Acompanha-nos a concepção de que a Geografia nasce como um saber não fragmentado. Moreira (2012) chama a atenção para uma confusão frequente, que, por vezes,

pode ser chamada para tratar a fragmentação como algo inerente à própria constituição da Geografia enquanto ciência:

Humboldt era mais um geógrafo físico (dele a geografia física viria em linha direta) e Ritter mais um geógrafo humano (dele vindo a geografia humana). Entendimento equivocado, já que ambos são parte do holismo prevalecente no Iluminismo e no Romantismo [...] O tema é o mundo (natural-humano) do homem e não se pensa homem e natureza em dissociado [...]. (MOREIRA, 2012, p. 24).

Ao expor as concepções de Geografia em Ritter e Humboldt, Wooldridge e East (1967) salientam que uma palavra-chave sempre aparece nas proposições daqueles: *Zusammenhang*, que se traduz como a condição de estarem as coisas ligadas entre si. Destacamos, assim, o contexto em que Humboldt e Ritter escreveram suas obras, com base em uma visão holística de mundo. Como aponta Moraes (1986, p. 13) “[...] as correntes filosóficas do século XVIII vão propor explicações abrangentes do mundo; formulam sistemas que buscam a compreensão de todos os fenômenos do real”. De tal forma,

[...] o propósito dos dois (Ritter e Humboldt) consistiu em ver os fenômenos naturais (incluídos os humanos), em seus agrupamentos ou contextos naturais, no propósito de perceber as relações de casualidade entre eles existentes. Nessa posição assenta, indubitavelmente, o princípio fundamental da Geografia, como hoje a concebemos. (WOOLDRIDGE; EAST, 1967, p. 21, grifo nosso).

Esse resgate permite identificar o que chamamos de essência ou propósito da Geografia como uma ciência não fragmentária. Essa condição, no entanto, se transforma ao longo do século XIX, quando se inicia a segunda fase do desenvolvimento da Geografia “[...] uma fase nova de referências filosóficas no mundo da ciência, indicativas do fim da influência da filosofia idealista alemã e da emergência do positivismo, inaugurando, em todos os campos científicos, uma fase de extrema fragmentação do conhecimento.” (MOREIRA, 2012, p. 24).

O advento do positivismo foi o período de concretização do paradigma Newtoniano-Cartesiano, que permeou toda a comunidade científica a partir do século XIX e teve reflexos na forma como a própria sociedade enxergava sua realidade, fragmentando e criando uma série de dicotomias. Neste ponto, emergia a necessidade de uma discussão epistemológica, ou seja, um debate aprofundado de como a Geografia abordaria a realidade sem perder sua essência, preservando sua especificidade. Entretanto, são fortalecidas as visões dualistas, com o desenvolvimento de dois ramos na Geografia: Geografia Humana e Geografia Física.

[...] Daí que o que era imperceptível no momento da separação categorial do discurso de Brunhes vai se explicitando como uma dicotomia radical, a paisagem indo articular-se aos componentes empíricos da natureza e o espaço, aos componentes empíricos do homem, gravados nos significados neokantianos respectivamente de natural e artificial que a Geografia neokantiana vai consolidar com os nomes de Geografia Física e Geografia Humana. (MOREIRA, 2014, p. 21).

A Geografia passava a entrar em uma configuração na qual se mantinha integrada enquanto ciência, mas desenvolvendo seus ramos de maneira separada. Para Moreira (2014, p. 30-31) “a ambiguidade de integração-fragmentação que se dá na Geografia é em parte fonte e efeito de suas próprias características [...] a Geografia tenta fragmentar-se, mas manter-se também integralizada [...]”. A Ciência Geográfica continua a abarcar vários aspectos da realidade, porém de maneira fracionária – como se a realidade fosse constituída de fragmentos – numa concepção que julga necessário estudar as partes do todo, para se adquirir “rigor”, em um reducionismo da realidade, na qual se muda a relação sociedade-natureza mediante,

uma mudança no conceito de homem [...] excluído da natureza. Excluído o homem da natureza, todos os fenômenos saem definitivamente do contexto holístico. Muda, assim, por extensão, o conceito de geografia, seu campo e seu objeto [...] não se extingue a geografia. Cria-se uma nova forma de geografia. (MOREIRA, 2012, p. 26-27).

O modo tal qual era entendida a forma de produzir o conhecimento na ciência moderna, de viés positivista, impunha uma análise cada vez mais específica e retalhada da realidade. Sob tais aspectos “[...] a Geografia acompanha o plano de referência da época [...] a pulverização e especialização dos saberes são um fato geral do período e refletem o advento do naturalismo mecanicista da filosofia positivista como novo princípio epistêmico da ciência.” (MOREIRA, 2012, p. 27). A Geografia, de certa maneira, foi criando formas de se adequar a isso. Daí advêm tentativas como o método regional, em La Blache, e a diferenciação de áreas, em Hettner. As palavras de Suertegaray e Nunes (2001, p. 15) expressam com clareza a situação da Geografia em meio ao período de influência positivista:

a busca da articulação entre natureza e sociedade não foi tarefa fácil para os geógrafos. A bem da verdade, construir uma ciência de articulação na época em que surgiu oficialmente a Geografia pareceria ser como remar contra a maré, pois neste período a visão de ciência dominante privilegiava a divisão entre ciências da natureza e da sociedade. (SUERTEGARAY e NUNES, 2001, p. 15)

É importante frisar que o projeto fragmentário foi algo muito além da ciência e, também, mais do que mera conveniência de análise, porquanto carregava em si um projeto ideológico, que pressupunha a naturalização do domínio do homem sobre a natureza e de uma pequena parte dos homens sobre a maioria. A Geografia Positivista teve sua parcela neste processo de constituição do pensamento burguês e do sistema capitalista. Compreendemos que “[...] tal relação, entre o aparecimento da Geografia e a via do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, não é gratuita ou aleatória [...].” (MORAES, 1986, p. 14). A Geografia é, então, uma “legítima representante do projeto moderno, e de forma contraditória, a unidade da ciência geográfica sempre carregou, de forma inerente, as crescentes fragmentações e especializações dos campos do conhecimento científico [...].” (GOMES;

VITTE, 2012, p. 126). Nasceram, nesse período, os problemas que afetam a Ciência Geográfica e que permeiam nossas discussões até os dias atuais.

Acontece que a fragmentação da ciência e da ciência geográfica em ramos especializados (produto da estratégia do capitalismo) fragmentou também a própria realidade, objeto da pesquisa. Daí, tornar-se difícil atingirmos com eficiência e segurança a totalização dialética do espaço objetivo. (GOMES, 2007, p. 69).

Essa é uma questão já arraigada, o que explica a dificuldade de sua superação. Há toda uma naturalização dessa forma de enxergar a realidade, visto que “[...] a repetição constante das máximas e princípios vai-lhes dando um tom de verdade consuetudinária; fetichizam-se, adquirem ares de legitimidade.” (MORAES, 1986, p. 9). Aqui, podemos voltar a Bohm (1992) quando diz que a representação se torna “realidade”.

Essa foi a tônica na Geografia até os anos de 1960 e 1970, o que não significa que as influências positivistas tenham desaparecido da ciência ou que a visão de mundo fragmentária da sociedade tenha mudado – muito pelo contrário – desse ponto em diante, as discussões se acentuam em um período de crise do pensamento científico moderno.

[...] O desenvolvimento das ciências e do pensamento filosófico ultrapassara em muito os postulados positivistas, que apareciam agora como por demais simplistas e pueris. Assim, mesmo ao nível desse pensamento, ocorrera uma renovação, à qual a Geografia permanecera alheia. A própria complexização da realidade e dos instrumentos de pesquisa havia envelhecido as formulações do positivismo clássico. A crise deste foi também uma das razões da crise da Geografia, que nele se fundamentava. (MORAES, 1986, p. 35).

Em um mundo onde as distâncias passam a se reduzir, numa relação global entre culturas, a pluralidade se instala como tônica. A visão de ciência, bem como a Geografia Tradicional e a Neopositivista, passa a ser questionada, inaugurando uma pluralidade de paradigmas cujas principais tendências são o Marxismo e a Fenomenologia (MOREIRA, 2012). Não se pode “falar do predomínio de um paradigma, embora haja um forte apelo no sentido de um novo holismo.” (MOREIRA, 2012, p. 44).

Com o Movimento de Renovação, iniciado nas décadas de 1960 e 1970, a Geografia passa a se preocupar com tais problemas, fazendo emergir a Geografia Crítica ou Radical. Importantes contribuições foram feitas nesse período, sobretudo, com relação ao caráter ideologizador das Geografias Tradicional e Neopositivista, avançando também epistemologicamente, ao trazer o espaço como objeto da Geografia. Portanto, esse é o momento em que se começa a discutir os problemas teórico-metodológicos na Geografia. “Estabelece-se uma crise de linguagem, de metodologia de pesquisa. O movimento de renovação vai buscar novas técnicas para a análise geográfica.” (MORAES, 1986, p. 34-35).

Para Moraes (1986) o principal traço que mantém a unidade da Geografia Radical é o discurso crítico. Tal característica se fez de suma importância, a fim da Geografia romper com um projeto alienador ao qual sempre serviu. Há, entretanto, um impulso dessas discussões na Geografia Humana. Sob tal perspectiva a “[...] dicotomia entre a Geografia Física e a Geografia Humana persistia, pois os geógrafos marxistas se afastaram dos geógrafos físicos, tidos como a-críticos e que estavam a serviço do grande capital.” (CLEMENTE, 2007, p. 199). Outrossim, os geógrafos físicos mantinham o afastamento, considerando os geógrafos humanos meramente teóricos. Nesse contexto, a fragmentação adquiria uma questão ideológica e de método. Os geógrafos que seguem pela Geografia Humana se tornam, em grande medida, próximos ao Materialismo Histórico Dialético, ao passo que os que se enveredam pela Geografia Física se mantêm no método positivista ou neopositivista. Assim,

[...] este corte entre os ‘geógrafos físicos’ e os ‘geógrafos humanos’ acentua-se à medida que uns devem ‘seguir’ os progressos das ciências físicas e naturais e que outros procuram aplicar os novos métodos das ciências sociais. A distância entre esses dois grupos torna-se tal, que alguns reclamaram o abandono explícito do projeto da Geografia unitária [...]. (LACOSTE, 1974, p. 225, grifos do autor).

Mendonça (1989) diz que, com o Movimento de Renovação, preocupações epistemológicas maiores surgiram, porém “[...] a maior parte dessas produções são de autoria de geógrafos ligados principalmente à parte humana/social da geografia, registrando uma tendência a tratar a geografia física de maneira muito superficial [...]” (MENDONÇA, 1989, p. 11). Vitte (2011) destaca a pobreza com que esse ramo trabalha questões relacionadas à teoria e ao método. Segundo o autor “[...] é deprimente, quando analisamos programas de história do pensamento geográfico, que simplesmente não desenvolvem esse tópico, como se a geografia física não tivesse história, epistemologia.” (VITTE, 2011, p. 39).

Tais apontamentos corroboram nossa visão de que o avanço epistemológico teve enfoque na Geografia Humana. A Geografia Física ficou rotulada como a parte utilitarista da Ciência Geográfica, carecendo de um projeto de ciência unitária, uma vez que perdurou o problema fundamental da Geografia, a fragmentação Física e Humana. Persistem, assim “[...] os resquícios de uma visão dicotômica, desenvolvem-se separadamente ambos os ramos da geografia, mas principalmente a geografia humana [...]” (MENDONÇA, 1989, p. 42). O Movimento de Renovação não conseguiu, sob tais condições, uma superação da fragmentação epistemológica existente na Ciência Geográfica. Este é o cerne da questão que temos de enfrentar. A discussão epistemológica se porta como possibilidade, considerando que, agora, há condições de se contrapor à influência da fragmentação positivista.

Lacoste (1974) discute porque é tão rara a preocupação da Filosofia com a Geografia – e vice-versa – uma negação por parte dos geógrafos de sua época em se empenhar nas discussões epistemológicas. Salientamos que esta recusa diminuiu consideravelmente após o Movimento de Renovação, embora o avanço tenha se dado em grande parte na Geografia Humana, conforme demonstramos. Isso pode explicar a diferença entre as definições e o/a discurso/prática em Geografia.

[...] enquanto proclamam quase unanimemente que a razão de ser da geografia é o estudo das interações entre ‘fatos físicos’ e ‘fatos humanos’, em sua prática, os geógrafos não parecem preocupados com tais interações: uns só se preocupam com a ‘geografia física’ [...] enquanto outros se preocupam essencialmente com a ‘geografia humana’. (LACOSTE, 1974, p. 225, grifos do autor).

Aqui o problema do discurso se torna um empecilho e ajuda a manter o *status quo* da fragmentação. É intrigante que, embora esboçemos que a Geografia é o estudo da relação sociedade-natureza, permanece um discurso fragmentário, continua-se falando em Geografia Física e Geografia Humana. Logo, se dá “[...] cada vez mais a negação do projeto unitário.” (LACOSTE, 1974, p. 225). Os termos Geografia Física e Geografia Humana são, nessa análise, as máximas da fragmentação dentro da Ciência Geográfica. Se nos propomos a discutir a relação sociedade-natureza, mas, na prática, fazemos análises pelo viés de uma Geografia Física ou de uma Geografia Humana, a coerência entre discurso e prática, inevitavelmente, se perde.

Uma “recusa epistemológica”, como pontua Lacoste (1974, p. 228), impede de elucidar as definições na própria Geografia “[...] tomando no discurso das outras disciplinas o que lhes parece útil ou digno de interesse, sem, todavia, terem estabelecido claramente as razões dessas escolhas [...]”. Discussões epistemológicas são, desse modo, cada vez mais imprescindíveis para proporcionar uma clareza de como abordar a realidade pelo viés da Geografia e por uma Geografia que estude a relação sociedade-natureza. A epistemologia, na perspectiva de Santos (2004, p. 148) “[...] funciona com uma espécie de gendarme, de tal forma que o uso de ingredientes de origens múltiplas não confunde o especialista e lhe permite manter-se dentro do âmbito de sua própria busca [...]”. Destarte, o trabalho de construção de uma Geografia unitária advém da abordagem da epistemologia da Geografia, e não somente em um dos seus ramos.

É importante fazer um parêntese em relação a peculiaridade de ciências que, como a Geografia, tem uma relação com as ciências naturais e humanas e, portanto, estão no centro da fragmentação. Concordamos com Santos (1988, p. 61) que,

sempre houve ciências que se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram de fraturar internamente para se lhes adequarem minimamente. Refiro-me à antropologia, à geografia e também à psicologia. Condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais. (Santos, 1988, p. 61)

Defendemos que, pelo fato de buscar estudar a realidade pelo viés da relação sociedade-natureza, a fragmentação no período moderno acabou por quebrar a essência da Geografia, o que gerou problemas epistemológicos que perduram até os dias atuais. Casetti (2009, p. 28) trata da mesma questão, afinal,

[...] não que a Geografia seja a única ciência que tenha sofrido tais influências, embora se torne necessário reconhecer sua maior suscetibilidade por tratar de conteúdos relativos às ditas ciências naturais e sociais. Esse motivo acaba implicando dificuldades quanto à questão epistemológica, sobretudo considerando a carga ideológica iluminista imposta à externalização da natureza em relação ao homem. (CASSETI, 2009, p. 28)

Numa visão de mundo pela qual o homem é separado da natureza, em que a realidade é dividida em partes, a relação se perde. De tal forma “a separação das ciências naturais e ciências sociais legitimou o caráter dual na Geografia, refletindo o efeito da doutrina externalizante, difundida pelo Iluminismo.” (CASSETI, 2009, p. 30). De acordo com Santos (2004, p. 246),

[...] equivale afastar de nossas análises esse perigo sempre, e sobre o qual devemos insistir, de encarar as relações homem-natureza como uma relação dualista, erro que contribuiu para que a realidade fosse interpretada de forma deformada em tantas disciplinas sociais, mas erro cuja gravidade parece maior em geografia, pois o problema das relações entre a sociedade e o espaço é o próprio centro de nossas preocupações. (SANTOS, 2004, p. 246)

O momento atual requer uma investigação sob o viés da totalidade, não aquele holismo idealista, e sim em uma visão dialética que entenda conflitos e contradições na relação sociedade-natureza. Isso requer entender, de forma conjunta, a luta de classes, a divisão internacional do trabalho, a fome, o aumento populacional, os problemas ambientais, o planejamento urbano, etc. Não que tudo isso tenha de ser estudado especificamente por um único geógrafo, mas que sejam assuntos tomados como totalidade. Aqui está a diferença entre fragmentação e especialização.

O discurso da unidade não nega, dessa forma, que o geógrafo possa se especializar, pois especialização se difere de fragmentação. Humboldt e Ritter não faziam uma Geografia fragmentada – o primeiro era especializado em Geografia Física e o segundo, em Geografia Humana. A preocupação é exatamente que se tenha uma ciência unida na diversidade, de tal modo que o geógrafo especializado em climatologia, em geologia, em urbana, entre outros ramos, não se esqueça de que, antes de tudo, é um geógrafo. Compreendemos que,

a especialização é importante para o geógrafo, no seu crescimento pessoal e para melhor desenvolver o seu trabalho, inclusive como professor. A discussão da dicotomia existente na geografia poderia tomar novos rumos se assumíssemos que: a) a especialização é necessária para o desenvolvimento dessa ciência; b) o geógrafo precisa manter a visão global do objeto de estudo, supostamente conquistada na sua formação inicial, mesmo depois da especialização. (SILVA, 2007, p. 42).

Gomes e Vitte (2012, p. 141) estão de acordo ao dizerem que as especializações “[...] têm que ser consideradas como ‘meios’ de investigação, e não como ‘fins’ em si mesmas”. O problema é a visão de mundo fragmentado, enxergar a realidade como constituída de fragmentos, ver Geografia Física e Geografia Humana como compartimentos dissociados da realidade. Suertegaray e Nunes (2001, p. 106) asseveram que a,

[...] superação da dicotomia Geografia Física versus Geografia Humana neste momento histórico não pode ser confundida com o abandono do conhecimento da natureza em Geografia. O conhecimento da natureza sempre esteve presente na preocupação analítica dos geógrafos. (SUERTEGARAY e NUNES, 2001, p. 106)

Há que se tomar cuidado, nesse sentido, para garantir que temáticas clássicas da Geografia não sejam jogadas fora com a água do banho, mas que seja buscada uma ressignificação. A fragmentação tem que ser combatida pelo viés da totalidade, por uma mudança na visão de mundo. Combate-se, de tal forma, a tendência a essa fragmentação interna. Ademais, ao que se entende como Geografia, é estranha a existência de dois ramos cada vez mais separadas. Tal fato evidencia uma irracionalidade que nega o propósito ao qual nos inserimos para estudar a realidade. Gomes e Vitte (2012, p. 136) aprofundam mais essa preocupação ao constatarem que,

os argumentos que têm sido articulados sobre essa fragmentação declaram que a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos. Outro aspecto que caracteriza tal desunião refere-se aos próprios embasamentos para as pesquisas, com os geógrafos físicos estando mais ligados às ciências físico-exatas e os humanos mais ligados às ciências sociais. (GOMES e VITTE, 2012, p. 136)

Se seguirmos por esse caminho, realmente, a Geografia pode deixar de servir, em primeiro lugar, para fazer a guerra e passar a não servir para nada. O caráter *par excellence* que faz a Geografia útil é o fato de que, por estudar a relação sociedade-natureza, ela talvez seja a mais completa forma de se apreender e conhecer o mundo na sua totalidade. Assim, fazer análises fragmentadas acaba por se tornar um erro fatal, visto que outros cientistas, que

focam outras áreas, fazem-no melhor que os geógrafos. Na citação seguinte, Gomes e Vitte (2012, p. 127) definem bem nossas preocupações:

A especialização disciplinar e subdisciplinar de campos como a economia, a política, a sociologia, a agronomia e a arquitetura, por exemplo, trouxe aprofundamentos de análises teóricas e prático-funcionais de forma a fazer estes campos ganharem poder de tratar de aspectos da realidade e desempenhar papéis que antes estavam sob jurisdição do geógrafo. Os geógrafos, por sua vez, ao se especializarem, também começaram a enfrentar o risco de descaracterização do seu próprio campo disciplinar. (GOMES e VITTE, 2012, p. 127)

Destarte, no belo caminho já trilhado pelo Movimento de Renovação há um perigo, ao qual procuramos aqui nos ater: a não superação das dicotomias e, de forma ainda mais preocupante, a superação das dicotomias mediante uma fragmentação definitiva da Geografia. Estes aspectos remetem ao alerta feito por Wooldridge e East (1967, p. 29, grifos do autor) “[...] o perigo de uma falsa dicotomia, uma divisão da disciplina, em ‘Geografia, Física’ e ‘Geografia Humana’. Tal separação é inteiramente antitética à Geografia, e falsa ante sua finalidade [...]”.

Visto que o pensamento fragmentário estava relacionado à emergência do modo capitalista de produção, é um erro dissociar a constituição da ciência – ou a análise da produção científica – do modo de produção vigente. A Geografia também era parte desse projeto e a crítica a essa Geografia alienante foi importante durante o Movimento de Renovação, necessário para avançarmos no sentido de pensar a realidade a fim de enfrentar as contradições, deixando de contribuir para mascará-las. Em face dessas considerações, o que nos interessa, agora, é a questão da fragmentação.

A totalidade é a chave da relação sociedade-natureza, independente do crescente movimento de especialização do conhecimento científico. A Geografia tem que se preocupar com o que a faz constituir-se como ciência. Especializar é preciso, mas a fragmentação torna a Geografia negação de si mesma. Para uma Geografia das relações, o caminho da dialética se faz essencial em um processo que evite o avanço da fragmentação e o esfacelamento das relações sociedade-natureza, na medida em que se almeja a totalidade, ou seja, uma busca por não negar a essência da Ciência Geográfica. O caminho é, então, buscar uma análise que tenha a realidade constituída por relações como ponto de partida, e não uma representação ou uma conveniência.

O mundo é total e local (SANTOS, 1988). Logo, a chave de um pensamento que supere a fragmentação é um conhecimento que abarque a totalidade em suas manifestações particulares e considere que os movimentos locais constituem e influenciam o global. Consoante a abordagem de Santos (2014, p. 22) “[...] somente a história da sociedade mundial

aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação [...]”. Entre fragmentação e totalidade há uma relação entre ser e estar. O mundo é fragmentado ou está fragmentado? A totalidade é o real ou um ideal? Produz-se um conhecimento fragmentado por comodidade ou por necessidade ou por ideologia? Pensar tais condições implica uma escolha e, para a Geografia, condiciona a sua sobrevivência.

Considerações finais

A fragmentação da realidade em suas partes constituintes produziu uma série de dicotomias (homem e meio, espaço e tempo, teoria e prática) – resultado do esquiteamento da realidade. A própria natureza assume condição de externalização: o homem não se enxerga como parte dela, e sim como um ente separado. Esta questão se dá porque o pensamento científico fez a sociedade confundir representação com realidade, como se esta fosse constituída de fragmentos isolados, tal qual era a proposição do modo de estudá-la.

Conforme vimos, a fragmentação não é excepcionalidade da Geografia, todavia, por buscar estudar a relação sociedade-natureza, a fragmentação legitima a dualidade da Geografia. Como essa relação passou a ser dicotômica, gerou-se uma Geografia Física e uma Geografia Humana. A Ciência Geográfica se manteve única, mas desenvolvendo-se de forma segmentada.

A Geografia foi, assim, uma legítima representante das necessidades do sistema capitalista. Essa condição se manteve até as décadas de 1960 e 1970. A crise do paradigma científico se manifestou na Geografia com a chegada do Movimento de Renovação, que se contrapôs àquela Geografia alienante. Entretanto, o problema da fragmentação permanece, visto que o enfoque do Movimento foi a crítica às Geografias Tradicional e Neopositivista, sendo a Geografia Física associada ao projeto utilitarista.

A peculiaridade da Geografia faz com que a fragmentação gere problemas, talvez, maiores do que em outras ciências. Se propusermos estudar a relação sociedade-natureza, e esta foi a forma como nos inserimos para explicar a realidade, tratar Geografia Física e Humana, separadamente, nega nosso propósito, nossa essência. A totalidade deve ser a meta, portanto, o conhecimento da relação sociedade-natureza precisa ser o alicerce da Geografia. Chamamos atenção para o perigo da fragmentação completa da Geografia. O abandono do

projeto unitário, isto é, a negação do que denominamos de essência da Geografia, coopera para a diminuição da sua utilidade social.

Tivemos dificuldades de nos reconhecer no período de influência positivista, por isso Moreira (2012) diz que a Geografia ainda se encontra em sua idade medieval. No momento atual, de busca por unidade e discussões acerca da interdisciplinaridade, a Geografia tem a oportunidade de “cortar” caminho, ou seja, fortalecer o seu caráter da totalidade e, quiçá, ser símbolo de uma nova forma de conceber a ciência. Assim, a solução que se aponta não é desconhecida. É necessário olhar nossas próprias definições desprovidas de corporificação. Não é uma questão simples, uma vez que ao sistema convém a fragmentação.

Há dois caminhos: seguir o movimento de fragmentação – abordar sociedade e natureza separadamente – facilitando as análises pela permanência no tratamento de partes e, dessa maneira, correr o risco de perder nossa utilidade social; ou corporificar a definição sociedade-natureza e conceber a Geografia como ciência da relação, distinta da maioria, mas com sua especificidade e utilidade social mantidas. Talvez, dessa forma, nós geógrafos seremos até pioneiros do necessário movimento vislumbrado por Santos (1988, p. 63): “o mundo, que hoje é natural ou social e amanhã será ambos” – com a Geografia símbolo deste movimento.

REFERÊNCIAS

BOHM, David. Fragmentação e totalidade. In: **A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1992.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASSETI, Valter. **Contra a correnteza**. [s.l]: [s.n] 2009.

CLEMENTE, Evandro César. **Questões teórico-metodológicas da Geografia no limiar do século XXI: a questão da problemática na dicotomia Geografia Física x Geografia Humana**. Presidente Prudente: Revista Formação, 2007.

DÓREA, Marcio Augusto Santos. **Fragmentação do conhecimento e dicotomização dos saberes no processo de formação docente**. São Cristovão/SE: VI Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”, 2012.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia**. Goiânia: UCG, 2007.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antônio Carlos. **Geografia: sobre sua unidade e fragmentação**. São Paulo: Terra Livre, 2012.

HARVEY, David. Capitalismo: la fábrica de la fragmentación. In: **Espacios del capital: hacia una geografía crítica**. Madrid: Akal, 2007.

- LACOSTE, Yves. A geografia. In: CHÂTELET, François (Org.). **A filosofia das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- LATOURET, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Coleção TRANS, 1994.
- MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física: Ciência Humana?** São Paulo: Contexto, 1989.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. [S.l.]: Hucitec, 1986.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**: para a crítica da Geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Estudos Avançados, 1988.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São de Paulo, 2014.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SILVA, Sérgio Henrique Pinto. **Geografia Física e Geografia Humana**: uma dicotomia a ser superada? [S.l.]: Revista Outros Tempos, 2007.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **A natureza da Geografia Física na Geografia**. São Paulo: Terra Livre, 2001.
- VITTE, Antônio Carlos. **Por uma geografia híbrida**: ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba: CRV, 2011.
- WOOLDRIDGE, Sidney William; EAST, William Gordon. **Espírito e propósitos da Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.